

FAMÍLIAS RURAIS E O DESEMPENHO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES NO POVOADO AÇUZINHO – LAGARTO/SE

Corália Maria dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
coraliamaria@bol.com.br

INTRODUÇÃO

A estrutura agrária apresentou transformações recentes em decorrência do processo de reestruturação capitalista. No que se refere aos países desenvolvidos, a modernização tecnológica provocou a superprodução e o Estado garantiu a política de preços dos produtos agropecuários. Entretanto, tais condições não favoreceram igualmente todos os produtores rurais, nem tão pouco as diferentes regiões das nações ricas. Ademais, trouxeram graves conseqüências ambientais com o uso excessivo de agrotóxicos e a especialização das áreas agrícolas responsáveis pelo rompimento do equilíbrio ecológico. É indispensável enfatizar as mudanças no trabalho familiar agrícola que assinalaram o surgimento da pluriatividade e das atividades não agrícolas no espaço rural.

1 REFERÊNCIAS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO RURAL: PROCURANDO COMPREENDER A ÁREA DE ESTUDO

Tardiamente, em relação aos países capitalistas desenvolvidos, surgem no Brasil estudos que revelam novos fenômenos no meio rural. De acordo com o Projeto Rurbano (<http://www.eco.unicamo.br>), coordenado pelo professor José Graziano da Silva, as novidades estão na emergência das atividades não-agrícolas e da pluriatividade e decorrem do que ele chama de “urbanização do campo”. Para este autor, o rural é compreendido como uma continuidade do urbano e decorre da inserção das atividades industriais na agricultura que integradas com outros setores da economia não são diferenciadas. Ocupações não agrícolas adentram o meio rural e muitos empregos já não estão vinculados à agroindústria, há também o direcionamento de estabelecimentos agrícolas para atividades de lazer e turismo. A partir desta concepção, o rural deixa de ser apenas agrícola e passa a desempenhar novas funções. Para Graziano da Silva (1999), é “o novo rural brasileiro” que com o tempo será superado pelas atividades urbanas, vindo daí, portanto, a visão do rurbano.

Dentro do grupo que pesquisa as transformações no rural brasileiro, encontra-se também a perspectiva de Maria José Carneiro. Para esta autora, as atividades não-agrícolas e a pluriatividade relacionam-se com a revalorização do espaço rural e não representa a extinção do agrário, o contato de culturas diferentes pode até reforçar a identidade local dos habitantes rurais.

As novas experiências engendradas por esse processo se nutrem de uma diversidade social e cultural que, por sua vez, alimenta as trocas enriquecendo os bens (culturais e simbólicos) e ampliando a rede de relações sociais. Portanto, a heterogeneidade social, ainda que ela produza uma situação de tensão, ela é também responsável pelo enriquecimento do tecido social das localidades sem que isso resulte, necessariamente, em uma descaracterização da identidade cultural local. Ao contrário, a diversidade pode atuar no sentido de consolidar as identidades dos grupos ao possibilitar uma consciência de si na relação com o outro, o que pode contribuir igualmente para a definição de uma identidade urbana no interior de uma localidade tida ‘como rural’ e vice-versa. (CARNEIRO, 2001:13).

Carneiro (2001) fala que o termo mais adequado para este processo seria reestruturação dos sistemas sociais a partir da incorporação de novos elementos econômicos, culturais e sociais que engendram relações mais ou menos conflituosas e ambíguas. Constata ser cada vez mais difícil pensar na noção de rural para qualificar um espaço ou a dinâmica das relações sociais num espaço. Entretanto, considera melhor a noção de localidade por não denotar unicamente uma experiência espacial como definidora de um universo de relações sociais específicos, ou melhor, a noção de localidade não define a natureza rural ou urbana de um grupo ou de suas práticas.

Para Wanderley (2001), o fim do isolamento, entre as cidades e o meio rural, é frequentemente expresso através do conceito de *continuum* rural-urbano, assim como o de urbanização do campo. Tais conceitos são utilizados em duas vertentes principais. A primeira delas corresponde a uma visão “urbano-centrada” (Rambaud, 1973 apud WANDERLEY, 2001:32), privilegiando o pólo urbano do *continuum* como a fonte do progresso e dos valores dominantes que se impõem ao conjunto da sociedade. A tendência do rural seria reduzir-se sob a influência do urbano, chegando ao desaparecimento da realidade rural. A segunda vertente considera o *continuum* rural-urbano como uma relação que aproxima e integra dois pólos extremos. Nesta perspectiva, a idéia é de que mesmo ressaltando-se as semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades de cada um e, portanto, não significam a extinção do rural; o *continuum* se desenha entre um pólo urbano e um pólo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações. A exemplo de Carneiro (2001), Wanderley (2001) analisa o espaço local como o lugar do encontro entre o rural e o urbano, contudo as especificidades de cada um permanecem e são a fonte de integração e da cooperação, bem como das tensões e dos conflitos:

o que resulta desta aproximação não é a diluição de um dos pólos do continuum, mas a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades. É esta complexidade que constitui, precisamente, o objeto dos estudos rurais (WANDERLEY, 2001:34).

Há também a perspectiva de Veiga (2003), que trata o rural a partir de uma abordagem territorial. Esta poderia substituir com vantagens as ambigüidades oriundas das perspectivas dicotômicas ou do continuum, pois vai além da caracterização dos espaços rural e urbano e valoriza as dimensões ecológicas e econômicas.

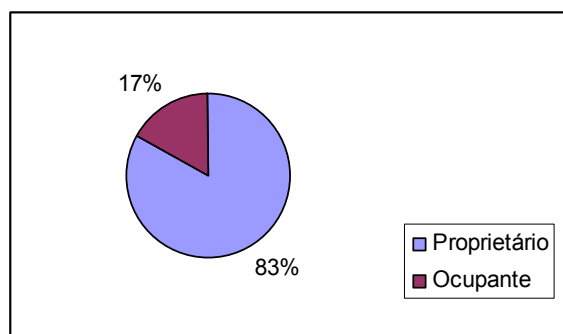
Diante das perspectivas expostas, torna-se bastante evidente as diferentes interpretações sobre as transformações do meio rural. Não é sem razão que estes autores constatarem as múltiplas dimensões do rural, este não pode ser encarado apenas como um local onde se realizam atividades agropecuárias. Em Sergipe, com referencia às atividades complementares desempenhadas pelas famílias rurais, verifica-se que elas, ao contrário das regiões mais dinâmicas do país, não resultam da instalação de complexos agroindustriais que dispensam mão-de-obra e estabelecem novas relações de trabalho, tão pouco da indústria rural, pois é pouco representativa e incipiente, ou mesmo do turismo e do lazer rural de pouca expressividade. Portanto, o interesse deste estudo residiu em pesquisar o significado da prática de outras atividades pelas famílias rurais. A proposta é situar a especificidade/realidade do povoado Açuzinho, no município de Lagarto – Sergipe, dentro das

perspectivas de estudo de transformação do rural, procurando compreender o contexto histórico, o cotidiano e as singularidades das famílias rurais no processo de persistência das atividades agrícolas, além da capacidade de buscar estratégias de sobrevivência.

A amostra de estudo foi de dez famílias rurais entrevistadas, selecionadas a partir da orientação de técnicos da EMDAGRO (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe) e do prévio conhecimento da área de estudo pelo pesquisador. Lagarto, a exemplo da realidade sergipana apresenta elevada concentração fundiária, resultando numa grande desigualdade social e conseqüente processo migratório em direção a área urbana. O Açuzinho fazia parte do povoado Colônia Treze e surgiu como núcleo de expansão desta em 1969, parte das terras eram devolutas, a outra foi comprada pela cooperativa a fazendeiros da região. Inicialmente, a ocupação se deu com dez colonos, com o passar do tempo, este número foi ampliado. Entretanto, muitos venderam as terras adquiridas, sobretudo para quitar dívidas contraídas junto aos bancos que financiavam a produção. A venda de terra na área atraiu muitos agricultores, o núcleo cresceu e adquiriu autonomia em relação à Colônia Treze, tendo em vista a dinâmica e próspera exploração agrícola da área, esta deixou de ser classificada de sítio do Açuzinho e foi elevada a povoado Açuzinho.

No povoado Açuzinho foram encontrados 83% de proprietários e 17% de ocupantes (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
CONDIÇÃO DO PRODUTOR
POVOADO AÇUZINHO – LAGARTO/SE – 2004



FONTE: Trabalho de Campo, 2004. Org. SANTOS, C. M.

A terra é exígua, 66,66% dispõem de até 3 hectares para desenvolver as atividades agrícolas, os estabelecimentos maiores, entre 7 e 10 hectares representam apenas 16,7%. Não é sem razão que os produtores rurais consideram insuficiente a quantidade de terra disponível. É o fator mais limitantes no desempenho de suas atividades agrícolas (Tabela 1).

Tabela 1
Estrutura Fundiária – Povoado Açuzinho (2004)

Número de estabelecimentos	Açuzinho (%)
Até 3 ha	66,66
4 a 6 ha	16,7
7 a 10 ha	16,7
Total	100

FONTE: Trabalho de campo, 2004. Org. SANTOS, C. M.

Existe um vínculo muito forte desses produtores com a terra. Eles são provenientes da zona rural do município de Lagarto, em sua maioria, e de municípios vizinhos, como Riachão do Dantas, Itaporanga e Salgado. Há casos de produtores rurais que já residiram em São Paulo, onde trabalharam e fizeram uma poupança para adquirir a terra onde moram. Neste ponto, somos levados a concordar com Maluf quando diz que:

... a reprodução econômica das famílias rurais, nas condições brasileiras, não guarda uma relação linear com a atividade agrícola desenvolvida por essas famílias, pois a maioria obteve incrementos de renda por outras fontes que não sua produção agrícola mercantil (MALUF, 2003:136).

A maioria dos entrevistados, 41,7%, está em idade ativa para o trabalho, entre 41 e 50 anos, seguidos pelos mais idosos, que atingem de 61 a 70 anos, 33,3%. Geralmente, eles contam com a ajuda dos filhos ou netos para trocar o trabalho rural, uma vez que a energia física já não permite muito esforço. O acesso a tecnologias agrícolas é limitado. Somente aqueles que fazem parte de associações ou sindicatos são beneficiados eventualmente com máquinas agrícolas e adubos. O uso de equipamentos simples como a enxada exige muitas horas diárias com as atividades agrícolas (Tabela 2).

Tabela 2

Tempo dedicado às atividades agrícolas (hora/dia) pelos produtores rurais

Povoado Açuzinho – Lagarto/SE (2004)

Hora/dia	Açuzinho (%)
4 a 6	33,3
8 a 10	66,7
Total	100

FONTE: Trabalho de campo, 2004. Org. SANTOS, C. M.

Os produtores rurais dedicam-se principalmente aos cultivos agrícolas, pouco têm como atividade principal a pecuária. Há o predomínio da lavoura, tendo em vista a exígua quantidade de terra disponível. É importante assinalar a importância dos cultivos de subsistência para as famílias rurais. Para Maluf (2003), a agricultura continua a desempenhar papel central na reprodução econômica e social das famílias rurais no Brasil, muito embora, para a maioria delas, a contribuição menos importante tenha sido a renda monetária obtida por essas famílias com a produção agrícola própria. Em sua análise, Maluf se refere aos componentes mercantil e ao autoconsumo:

Nestes termos, enquanto se reduz a contribuição da produção agrícola mercantil para a reprodução econômica das famílias rurais, mantém-se a importância da produção para o autoconsumo familiar, bem como a da agricultura em geral, como geradora de ocupação e um dos determinantes da dinâmica territorial (MALUF, 2003:137).

A redução da renda proveniente da atividade agrícola é explicada por Maluf em decorrência de dois fatores principais:

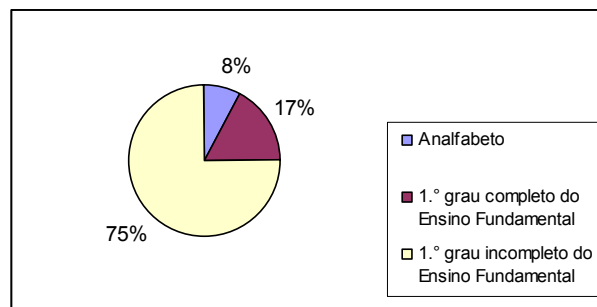
Primeiro, a tendência de queda dos preços reais dos produtos agrícolas e a conseqüente redução da renda agrícola, um fenômeno mais geral, que no Brasil foi acentuado, na última década, pelo papel de contenção dos preços agrícolas na política antiinflacionária – a chamada 'âncora verde' do Plano Real. Segundo, a ausência de condições para que as famílias

aperfeiçoem o processo produtivo e agreguem valor aos produtos agrícolas, devido a insuficiências relacionadas com a disponibilidade de área suporte técnico (MALUF, 2003:137).

A agricultura tem também a função de promover a segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade, no que se refere à disponibilidade e acesso aos alimentos e a qualidade dos mesmos. De acordo com os estudos de Maluf (2003), a produção para o autoconsumo da família tem se tornado cada vez mais importante diante da diminuição da renda monetária resultante dos cultivos agrícolas comerciais.

A escolaridade contribui para a formação da cidadania. Para o produtor rural isto se traduz na melhor adoção de tecnologias, na facilidade da interpretação de sua realidade e das possibilidades de absorver mudanças que promovam o desenvolvimento das suas atividades agrícolas e melhoria das condições de vida. Desse modo, as perspectivas dos produtores rurais se ampliam à medida que há uma elevação do índice escolar. Entretanto, percebemos 8% de analfabetos em Açuzinho. A maioria possui o 1.º grau incompleto (75%), contudo, cabe frisar que, dentre estes, a maior parte não passou das primeiras séries do Ensino Fundamental (antigo curso primário). Com relação aos que concluíram o 1.º grau, foram encontrados 17% (Gráfico 2).

Gráfico 2
Nível de Escolaridade do Produtor Rural
Povoado Açuzinho – Lagarto/SE (2004)



FONTE: Trabalho de Campo, 2004. Org. SANTOS, C. M.

Os dados da escolaridade melhoram quando nos referimos à realidade dos filhos, cabe lembrar que nos últimos anos, o acesso de criança à escola foi facilitado pela atuação do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), através da Bolsa Escola, do governo federal. A nível estadual houve a ampliação do ensino fundamental e médio nas escolas do interior. Esta medida visa elevar os índices de escolaridade no estado. Os cursos, em sua maior parte, são oferecidos de forma acelerada, ou seja, o aluno conclui o ensino fundamental e médio na metade do tempo exigido convencionalmente. Há, também, o transporte escolar (ou passe escolar), que facilita o deslocamento dos estudantes da sua residência até a escola. Muito embora os produtores rurais demonstrem-se satisfeitos com as funções que desempenham, eles têm interesse em ver os filhos estudando, com profissão e emprego fixo. Os filhos, geralmente os mais jovens, não se interessam pelas atividades agrícolas, porém necessitam ajudar os pais porque sabem que há necessidade de garantir a sobrevivência da família, além de não disporem de oportunidades lá fora.

Carneiro (2001), em pesquisa sobre o ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais evidencia que, em São Pedro da Serra/RJ e Nova Pádua/RS, o padrão de escolaridade está mudando lentamente. No primeiro município, os resultados das entrevistas mostram os filhos superando o grau de escolaridade dos pais, tendendo a aumentar essa distância quando consideradas as respostas acerca de suas pretensões futuras.

Dentre os alunos inscritos no segundo grau da escola estadual, 93% dos homens e 83,3% das mulheres responderam que pretendem continuar os estudos após concluírem o segundo grau, numa realidade contrastante com a de seus pais, que via de regra, não ultrapassaram a 4.^a série primária. Esses jovens apontam a continuação dos estudos como condição para 'ser alguém na vida' (CARNEIRO, 2001:106).

Em Nova Pádua, região colonial do Rio Grande do Sul, observou-se que a partir da década de 1960, os pais começaram a enviar os filhos para estudar em Caxias, mesmo sem saber ao certo em que isso resultava. Desse modo, a exemplo da região serrana fluminense houve uma elevação do nível de escolaridade dos filhos de colonos, enquanto entre os que assumiam o trabalho agrícola era normal abandonar a escola mais cedo, regra que, segundo Carneiro (2001), ainda hoje é válida. Enquanto em Nova Pádua – Rio Grande do Sul, os pais enviavam seus filhos para a escola já na década de 1960, no interior do Nordeste os filhos das famílias rurais mais pobres tinham acesso limitado à escola, a saída era migrar para áreas urbanas a procura de melhores oportunidades de vida.

2 AS ATIVIDADES ALTERNATIVAS DAS FAMÍLIAS RURAIS

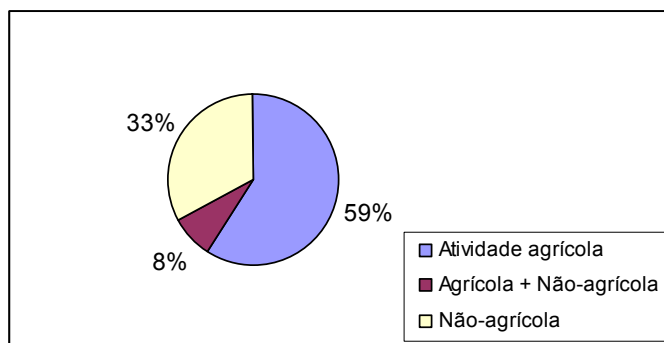
Numa área de estrutura fundiária concentrada, onde o número de emprego se torna cada vez mais escasso e a modernização libera mão-de-obra, as atividades não-agrícolas são fundamentais para a sobrevivência das famílias rurais, quer seja com a participação do esposo, da esposa, de ambos, dos filhos ou de toda a família. É importante salientar que quando se faz menção as áreas de modernização agrícolas do estado de Sergipe, a região Centro-Sul, onde está situado o município de Lagarto, é considerada como referência, muito embora incipiente da produção citrícola. Sendo assim, não é exagero falar em liberação de braços da agricultura em consequência do processo de modernização. Cumpre-nos citar Oliveira, quando comenta o aprofundamento da relação do capital monopolista industrial com a agricultura: “É fundamental explicar que o capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção em produção ditadas pelo lucro capitalista. O desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e contraditória” (OLIVEIRA, 1999:29).

A atividade não-agrícola pode complementar ou ser a principal fonte de renda da família. Na realidade estudada, encontramos atividades não-agrícolas que vão além dos cultivos e criações, a exemplo do comércio, artesanato, construção civil, ou mesmo relacionadas à agropecuária, mas praticadas, na maioria das vezes, fora do estabelecimento e consideradas como alternativas para a renda familiar, como diarista/agrícola e produção de farinha.

No povoado Açuzinho, a renda das atividades agrícolas é considerada a principal por 59% das famílias. Contudo, 8% não conseguem diferenciar a participação econômica das atividades agrícolas e não-agrícolas na renda familiar. Conforme depoimentos: “Na época do fumo ajudamos na malhada,

deixamos o bordado de lado”; “As vezes é o bordado, outras vezes é a farinha”. Para 33%, a principal fonte de renda está nas atividades não-agrícolas (Gráfico 3).

Gráfico 3
Fonte de Renda
Povoado Açuzinho – Lagarto/SE (2004)



FONTE: Trabalho de Campo, 2004. Org. SANTOS, C. M.

Muitas são as atividades ligadas diretamente à agricultura, porém desenvolvidas fora do estabelecimento agrícola, a exemplo do diarista que vende sua força de trabalho para terceiros por uma diária nas diversas etapas da produção agrícola, sobretudo durante o plantio, a colheita e na fabricação de farinha, principalmente na fase de raspagem da mandioca, etapa da produção que mais exige mão-de-obra, empregando, em sua maioria, mulheres. Geralmente, os diaristas não possuem terra ou quando têm esta é insuficiente para absorver a mão-de-obra familiar e garantir a sobrevivência. São encontrados feirantes comercializando seus próprios produtos ou comprados para revenda.

Intermediários ou atravessadores, estes possuem transporte (caminhão) e compram produtos nas unidades agrícolas, para revendê-los aos feirantes. Há ainda apicultores que vendem mel nas feiras. Outras atividades encontradas foram: bordadeira, costureira, doceira, motorista de ônibus, pedreiro, comerciante e mini-empresário. Muitas vezes, os produtores rurais desempenham mais de uma atividade não-agrícola. Exemplo é o de um produtor rural que além do cultivo agrícola e da criação de algumas cabeças de gado, fabrica farinha para comercializar. Ele é proprietário da casa de farinha, é intermediário, uma vez que compra a mandioca nas unidades de produção e ainda é motorista de ônibus (próprio), com viagens para a escola, para a feira e passeios turísticos na região, como também é pedreiro e, vez ou outra, viaja para São Paulo para construir casas de parentes e amigos. Dentre as atividades desempenhadas pelas famílias, algumas são exercidas apenas pelos homens (os pais) como intermediário, comerciante e pedreiro. As funções específicas dos filhos (homens) são: funcionário público, mecânico, apicultor e produção de medicamentos naturais. As mulheres são bordadeira, costureira e doceira. Mães e filhas exercem as mesmas atividades alternativas. Contudo, prevalecem atividades desenvolvidas por mais de um integrante da família, como diarista agrícola, produção de farinha, bordadeira e doceira (Quadro 1).

Quadro 1

**Atividades Complementares Desempenhadas pelos Pais (Homens e Mulheres)
 e Filhos (Homens e Mulheres) do Povoado Açuzinho – Lagarto/SE (2004)**

ATIVIDADES	PAIS		FILHOS	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Diarista/agrícola	X		X	
Produção de farinha	X	X	X	X
Intermediários	X			
Comerciantes	X			
Pedreiro	X			
Bordadeira		X		
Costureira		X		X
Doceira		X		
Produção de medicamentos naturais			X	
Apicultor			X	
Artesão			X	
Funcionário público			X	
Motorista			X	
Mecânico			X	

FONTE: Trabalho de campo, 2004. Org. SANTOS, C. M.

É importante destacar o artesanato do bordado realizado pelas mulheres. É uma atividade tradicional e de qualidade reconhecida internacionalmente. Algumas bordadeiras relataram que recebem encomendas destinadas não apenas ao comércio local como também para outros estados e países europeus, onde há boa aceitação e valorização do bordado, sobretudo o que é feito à mão, sem utilização de máquinas, tipo predominante no município de Lagarto. A comercialização é normalmente feita na própria residência. As pessoas interessadas (comerciantes) procuram as bordadeiras e encomendam as peças que são revendidas na capital do estado, em feiras de artesanato, no mercado municipal ou no centro de turismo, além da venda em outros estados e países. Muito embora seja importante, esta atividade sofre a falta de capital de giro, de gerenciamento, de mecanismos de comercialização e divulgação. No mundo globalizado, das grandes empresas industriais e comerciais, o reconhecimento das atividades manuais e das expressões culturais tradicionais precisa ser priorizado e valorizado.

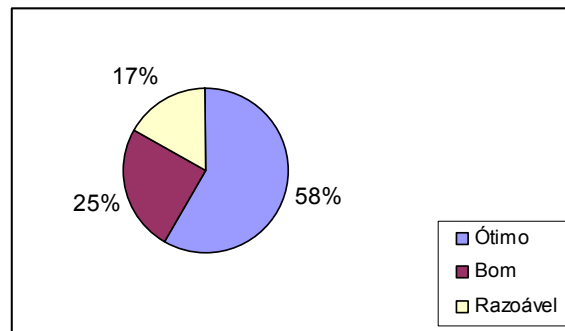
É através do vínculo à associações de moradores/sindicatos que algumas famílias rurais conseguem ter acesso a benefícios de programas governamentais. Quanto aos incentivos, observa-se que os mesmos vêm através de créditos ou cursos por intermédio de associações de moradores e grupos de mães. Os empréstimos são oriundos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e do Banco do Nordeste. Os cursos são oferecidos pelo SEBRAE (Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas) e pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

Os beneficiados por empréstimos aplicaram os recursos em matéria-prima (tecidos, frutas, linhas, etc.) ou em equipamentos como máquina de costura e de bordado, instrumentos para apicultura e cultivos agrícolas, dentre outros. As associações e clube de mães proporcionaram cursos sobre saúde, alimentação, relações humanas, corte de cabelo, manicure. Orienta o uso de banheiros

domésticos, ajuda no calçamento de ruas, organiza creche, divulga o artesanato e permite a consulta médica.

As atividades complementares são fundamentais para a sobrevivência das famílias. Os recursos obtidos ajudam na despesa da família, com isto, o nível de satisfação aumenta, razão porque há o predomínio dos que têm como ótimo e bom o nível de satisfação (Gráfico 4).

Gráficos 4
Nível de Satisfação no Desempenho da Atividade Alternativa
Povoado Açuzinho – Lagarto/SE (2004)



FONTE: Trabalho de Campo, 2004. Org. SANTOS, C. M.

Segundo relatos, o elevado nível de satisfação está associado à oportunidade de desempenhar as atividades agrícolas e de complementar a renda com trabalhos alternativos. As famílias não demonstram interesse em mudar para a cidade. São conscientes das dificuldades que atravessam, mas demonstram interesse em dinamizar suas atividades, valorizam a tranqüilidade e a qualidade de vida que possuem.

O processo de desenvolvimento do capitalismo pela industrialização da agricultura não se deu de forma homogênea no Brasil. A Região Centro-Sul do país concentra os financiamentos agrícolas, portanto, as transformações no campo ocorreram desigualmente. Segundo Oliveira,

O capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar; destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele (o capital) cria e recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível, e com ela a acumulação possa aumentar. Assim, este processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo gera ao mesmo tempo a expansão do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e o trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades e/ou estabelecimentos (OLIVEIRA, 1994:32).

As formações no rural são diferenciadas. No povoado Açuzinho há sinais de mudanças, inserido que está ao contexto geral da globalização, entretanto, estão muito longe de representar o fim do rural. Desse modo, as idéias de Graziano da Silva (1999) sobre rurbanização não podem corresponder a realidade estudada. A perspectiva de Carneiro (2001) está mais próxima, uma vez que percebe as atividades não-agrícolas e a pluriatividade relacionadas com a revalorização do espaço rural e sem representar a extinção do agrário. São evidentes o reconhecimento e o novo valor atribuídos aos trabalhos artesanais, aos bordados, aos doces caseiros, a galinha e os ovos de capoeira (caipira), a procura por áreas de lazer, etc. que são demonstrações de “novas” funções do rural. Ademais, os dados sobre a concentrada estrutura fundiária demonstram a impossibilidade dos agricultores

dedicarem-se exclusivamente às atividades agrícolas. Se no passado, até as décadas de 1970 e 1980, os jovens migravam para São Paulo ou Rio de Janeiro, hoje esta alternativa já não é bem aceita, a opção mais viável é manter-se no estabelecimento e garantir rendas complementares com outras atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da pretensão em chegar a algumas conclusões, consideramos os resultados obtidos como preliminares e insuficientes para responder algumas questões: as famílias rurais estudadas podem ser consideradas pluriativas? As atividades por elas desempenhadas são resultantes da reestruturação produtiva do capitalismo? Ou são atividades tradicionais, a exemplo do bordado, que tem passado de geração a geração, e sempre fizeram parte do elenco de atividades da autonomia camponesa? Apesar de antigas está havendo uma revalorização destas atividades a partir das recentes transformações do capitalismo? O que há de novo no rural? As respostas dependem de um aprofundamento teórico e empírico.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BLUME, R. Ruralidade e território: a evolução de uma problemática de pesquisa. In: _____. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. 2003. 182 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas/UFRGS, Porto Alegre, 2004. p. 28-53.
- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- _____. Do rural ao urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade (versão preliminar). **II Seminário sobre o rural brasileiro: a dinâmica das atividades agrícolas e não agrícolas no novo rural brasileiro**. Campinas: NEA/UNICAMP, 2001, p. 1-16 (Texto 7).
- _____. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco C. T. da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz F. de C. (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 95-117.
- DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98**. In: III Encontro de Jovens Agricultores Cooperativistas a Caminho da Sustentabilidade (artigo), 2002.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).
- NEVES, L. A. Um novo tempo para novas urbanidades: o papel da paisagem nos estudos do mundo rural. In: _____. MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.). **Revisitando o território fluminense**. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003. p. 11-30.
- OLIVEIRA, A.U. de. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 15-58, 1999.
- RUA, J. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: _____. MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). **Estudos de geografia fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 2002. p. 27-42.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- _____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003.
- WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GUARRACCA, Norma (Comp.). **Uma nueva ruralidad em América Latina?** Bueno Aires, CLACSO, 2001, p. 31-44 (Colección Grupos de Trabajo de CLACSO).